

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CAMPUS DO SERTÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GISLEIDE DA SILVA LIMA

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO**

DELMIRO GOUVEIA – AL  
2022

GISLEIDE DA SILVA LIMA

## **FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilza Pavezi

Delmiro Gouveia - AL  
2022

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

L732f Lima, Gisleide da Silva

Formação continuada para a inclusão / Gisleide da Silva Lima.  
– 2022.

61 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Marilza Pavezi.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Formação docente. 2. Formação continuada. 3. Educação especial. 4. Pedagogia. I. Pavezi, Marilza. II. Título.

CDU: 37.011.33

## Folha de Aprovação

GISLEIDE DA SILVA LIMA

### FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilza Pavezi

Aprovado em: 10/02/2022

#### Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente

 gov.br

MARILZA PAVEZI

Data: 10/02/2022 10:40:37-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Marilza Pavezi (Orientadora)

Universidade Federal De Alagoas-UFAL/ Campus Sertão

Documento assinado digitalmente

 gov.br

Noelia Rodrigues dos Santos

Data: 17/02/2022 09:47:01-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Me. Noélia Rodrigues dos Santos (1<sup>a</sup> Examinadora )

Universidade Federal de Alagoas-UFAL/Campus do Sertão

Documento assinado digitalmente

 gov.br

CRISTIANO DAS NEVES VILELA

Data: 15/02/2022 10:58:16-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Me. Cristiano das Neves Vilela (2<sup>o</sup> Examinador)

Universidade Federal de Alagoas-UFAL/Campus do Sertão

## **AGRADECIMENTOS**

O sonho de cursar Pedagogia não surgiu assim de imediato, ele foi crescendo aos poucos, fui me apaixonando cada vez que ia mergulhando nesse mundo tão incrível e infelizmente tão pouco valorizado que é a pedagogia. Não foi um caminho fácil de percorrer, isso porque ao longo do caminho fui me deparando com inúmeros obstáculos que acabaram exigindo muita dedicação e persistência.

Assim quero começar agradecendo a Deus por ser essa força que me move e faz com que eu nunca desista, toda honra e glória ao nome dos nomes.

Ao meu esposo Isaac que sempre fez o impossível para que eu pudesse seguir em frente com esse meu sonho, sempre esteve ao meu lado me fazendo enxergar o lado positivo das coisas.

A minha filha Sarah que me mostrou que sou mais forte do que eu imaginava ser, e que a cada dia me motiva a ser uma pessoa melhor. Sou grata a Deus por ter você em minha vida que apesar de tudo torna ela mais leve.

A minha querida mãe Mariluz Maria da Silva que sempre foi minha base, que sempre deu tudo de si para que suas filhas pudessem alcançar seus objetivos mesmo que isso não fosse favorável aos objetivos/sonhos dela. Agradeço também a minhas irmãs, Vanessa, Gislaide e Gislaine por oferecerem sempre palavras de conforto quando precisei.

As irmãs que a vida me deu, que são minhas queridas Luluzinhas, Ana Telma, Flávia, Maria Jaciyle e Maria Patrícia. Pelos incentivos, ajudas nas mais diversas ocasiões, pelo acolhimento de sempre, afeto e sem esquecer as inúmeras risadas e incontáveis abraços. Vocês também me tornaram forte e sei que sem vocês essa caminhada seria muito mais árdua.

Aos meus colegas de sala que também ocupam um lindo espaço em meu coração.

A todos os meus professores da graduação que sempre contribuíram grandiosamente com essa minha jornada acadêmica.

A minha querida orientadora Marilza Pavezi, que infelizmente não tive a oportunidade de ser sua aluna no curso, mas aprendi muito com você, te agradeço por confiar em mim, por mostrar que eu era capaz de chegar a esse resultado final. Por ser essa pessoa amável, paciente e atenciosa. Com muita simplicidade me

conduziu ao longo desse caminho, por isso serei eternamente grata. Quando eu crescer quero ser igual você.

Enfim agradeço a Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão por possibilitar vivenciar tantos momentos de aprendizagens, em seus diversos ambientes. Obrigada por me proporcionar enxergar o mundo de uma nova forma, despertando em mim a necessidade de proporcionar esse mesmo sentimento para outras pessoas, em especial os alunos do Público- Alvo da Educação Especial. Meus sinceros agradecimentos.

*Em todas as circunstâncias, daí graças.*

**(I Tessalonicenses, 5:18)**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar a necessidade da formação continuada para o processo de inclusão do aluno do Público-Alvo da Educação Especial – PAEE, incluindo a análise da realidade formativa na qual a pesquisadora está inserida. O aporte teórico inclui autores como Belther (2017), Facion (2012), Mantoan (2015), Romanowski (2012), Veiga (2009), por apresentam a importância de uma formação continuada, principalmente visando a inclusão dos alunos PAEE, e prezando por uma educação de qualidade, na qual sejam eliminadas as barreiras que impendem essa execução. Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa com enfoque qualitativo, por meio de estudos bibliográficos e análise documental. Com isso, pudemos perceber que a formação inicial não pode ser entendida como o único meio para o docente obter conhecimentos direcionados para a educação especial, pois ela pode apresentar fragilidade e superficialidade nos conteúdos disponibilizados. Desse modo a formação continuada é a forma de o docente garantir autonomia e confiança no momento de exercer seu trabalho, proporcionando uma educação básica de qualidade para os alunos e em especial aos alunos do PAEE.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Formação Continuada; Educação Especial.



## **ABSTRACT**

This research aims to demonstrate the need for continuing education for the process of inclusion of the student in the Target Audience of Special Education - PAEE, including the analysis of the formative reality in which the researcher is inserted. The theoretical contribution includes authors such as Belther (2017), Facion (2012), Mantoan (2015), Romanowski (2012), Veiga (2009), for presenting the importance of continuing education, mainly aiming at the inclusion of PAEE students, and valuing for a quality education, in which the barriers that impede this execution are eliminated. In order to reach the proposed objectives, a research was carried out with a qualitative approach, through bibliographic studies and document analysis. With this, we could see that the initial training cannot be understood as the only way for the teacher to obtain knowledge directed to special education, as it can present fragility and superficiality in the available contents. In this way, continuing education is a way for teachers to guarantee autonomy and confidence when performing their work, providing a quality basic education for students and especially PAEE students.

Keywords: Teacher Training; Continuing Education; Special education.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Ordenamento Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UFAL Campus do Sertão, PPC 2011.....	30
<b>Figura 2</b>	Ordenamento Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UFAL Campus do Sertão, PPC 2018.....	33

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01</b>	Carga horária destinada à Educação Especial no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2011.....	40
<b>GRÁFICO 02</b>	Carga horária destinada à Educação Especial no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2018.....	41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL ATUAL .....</b>	<b>17</b>
<b>3 FORMAÇÃO INICIAL PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – PAEE.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Formação Inicial no Curso de Licenciatura em Pedagogia.....</b>	<b>28</b>
<b>4 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A GARANTIA DA INCLUSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 Formação, tecnologia e a pandemia.....</b>	<b>49</b>
<b>4.2. Formação continuada em serviço no aspecto pedagógico .....</b>	<b>53</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Formação Continuada é um dos pilares que permite aos professores melhorar continuamente sua didática e perspectiva da educação, ajudando assim, a superar os desafios, que são frequentes na docência. E quando se fala em uma formação continuada voltada para a inclusão o assunto torna-se ainda mais relevante, considerando que por anos o Público-Alvo da Educação Especial - PAEE não tinha qualquer contato com educação escolar regular. Para proporcionar esse ensino é importante levar em consideração alguns aspectos. Para Haddad (2020, p.41):

A inclusão escolar vem acompanhada de diversas necessidades. Uma delas trata-se da utilização de estratégias pedagógicas diferentes, para que seja possível atender aos alunos que possuem necessidades educativas especiais. Essa diferença na forma de atender a esses alunos não se configura como um privilégio deles, mas um direito, assim como a flexibilização e a promoção de aprendizagem de forma adequada, seja no âmbito físico, seja no curricular.

Bem como a autora coloca, para uma inclusão eficiente do aluno do PAEE o professor precisa estar atento a todas essas necessidades. Por isso é importante que o docente já esteja familiarizado com os aspectos que fazem parte da educação especial desde a sua formação inicial, e que possa ir aperfeiçoando ao longo de sua formação contínua. Segundo Romanowski e Cartaxo (2021, p.107)

Os professores aprendem a sua profissão desde a ação de seus professores até a própria prática profissional, integrando conhecimentos saberes e experiências que se somam cumulativamente. Portanto, há uma forte relação entre formação inicial e a continuada, tornando-se um processo permanente de aprendizagens.

Pois, sabemos que é muito comum encontrarmos educadores que não compreendem de forma aprofundada o papel da inclusão no âmbito escolar, sendo muitas vezes tratada com superficialidade. Por esse motivo é relevante um processo permanente de aprendizagens. Nas palavras de Haddad (2020, p. 60)

uma educação de qualidade tem que garantir o direito de ir e vir para todos, reconhecendo as diferenças e repensando e reorganizando os recursos necessários para efetivação da aprendizagem.

Um ponto abordado por Romanowski (2012) é a importância de refletirmos sobre o preparo profissional do professor, porém essa reflexão não deve ficar apenas nos aspectos técnicos, conhecimentos e organização dos cursos. É relevante tomar conhecimento e refletir sobre os aspectos humanos nesse processo

de formação do professor para transitar no cotidiano escolar, pois é importante que o docente tenha um olhar sensível para perceber também as necessidades de seus alunos.

Assim, neste trabalho, buscamos apresentar uma discussão sobre a necessidade de ofertar disciplinas voltadas para a educação especial desde a formação inicial, bem como a indispensabilidade de investir em uma formação continuada, destacando como esse aprimoramento pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos de modo geral, mas principalmente do PAEE. Na visão de Haddad:

A formação possibilita um aprofundamento e uma interação na atuação tanto nas salas regulares como nas salas de recursos ou até em centros de atendimento. Portanto, tanto a formação inicial quanto a continuada fazem com que o professor esteja mais próximo da realidade encontrada nas salas de aula e com que o seu conhecimento atue diretamente sobre os alunos. (2020, p. 78)

Deste modo, a escolha do tema desta pesquisa ocorreu a partir de algumas inquietações da pesquisadora, enquanto estudante de pedagogia, com relação a alguns aspectos que foram apresentados durante as disciplinas da graduação, assim como a leitura de livros voltados para a Educação Especial.

Foi então durante as aulas de Educação Especial que o interesse em pesquisar sobre esse tema surgiu. Quando em uma das aulas dessa disciplina, um dos trabalhos propostos foi visitar uma escola, e fazer uma entrevista com alguns professores a respeito da educação especial no espaço escolar.

Durante a produção do trabalho foi percebido a dificuldade dos professores em lidar com o PAEE, além da falta de preparo de alguns. Ao finalizar o trabalho veio a certeza de que ainda há muito a ser feito para que além do acesso, os alunos da Educação Especial tenham também uma escola adequada, com professores qualificados que saibam lidar com suas especificidades.

Por isso, é necessário que os professores tenham, desde sua formação inicial durante sua graduação, o contato com disciplinas que abordem a Educação Especial, considerando sua importância e complexidade. Diante disso, objetivou-se com esse trabalho demonstrar a necessidade da formação continuada no processo de inclusão do PAEE nas escolas. Além de demonstrar que a busca e preparo para essa formação se inicia com a interação do professor com essa temática durante a formação acadêmica. Para isso buscou-se discorrer sobre a seguinte problemática: Qual a necessidade e importância da formação continuada de docentes para a

garantia da inclusão? Como o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão tem versado sobre Educação Especial?

Para responder a estes questionamentos foi realizada uma pesquisa com enfoque qualitativo, por meio de estudos bibliográficos e análise documental.

Uma das características da pesquisa qualitativa é “não se preocupar com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc” (FONSECA, 2002, p. 32). Neste caso, para termos subsídios teóricos consistentes para analisar o objeto proposto, ou seja, a formação continuada de professores para a inclusão e a análise da formação inicial da pesquisadora, recorreremos ao estudo bibliográfico.

Na perspectiva de Gil a pesquisa bibliográfica (2010, p. 65):

[...]é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Os principais teóricos consultados foram: Belther (2017), Facion (2012), Mantoan (2015), Romanowski (2012), Veiga (2009) entre outros.

A pesquisa também objetivou analisar a realidade formativa na qual a pesquisadora está inserida, para tanto fez uso da análise do Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Pedagogia da UFAL Campus Sertão. Para Gil (2010, p.30), o estudo bibliográfico e a análise documental são métodos de coleta de dados semelhantes, uma vez que “utilizam-se de dados já existentes”. No entanto, o autor aponta que é “considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou base de dados” (GIL, 2010, p.31).

A pesquisa se divide em cinco seção, sendo que a primeira se refere à introdução deste trabalho. A segunda seção discorre sobre como a legislação trata a inclusão do PAEE nas escolas atualmente, propondo formas para ofertar a esses um ensino de qualidade considerando as necessidades específicas de cada um.

A terceira seção aborda a importância da formação inicial para a inclusão do PAEE. Esse tipo de formação garante que os alunos não sofram uma segregação disfarçada, quando aos olhos da sociedade há inclusão, por esse aluno estar matriculado, mas no interior da escola é excluído pelo currículo da escola e pela didática do professor.

Na quarta seção a formação continuada é tratada como forma de garantia da Inclusão. Quando o professor busca uma formação continuada ele acompanha o processo de evolução da sociedade, trazendo para a sala de aula novas práticas, tecnologias e conhecimentos, adequando-os aos seus alunos e à realidade em que estão inseridos. Desta maneira garante aquilo que é preconizado pela Constituição Federal no princípio da Igualdade, de tratar os iguais de forma igual e os diferentes de forma diferente.

E a quinta seção refere-se às considerações finais deste estudo, que nos possibilita defender a ideia de que a formação continuada é necessária para a educação dos alunos do público-alvo da educação especial. Consideramos essencial a preparação inicial do docente para atuar na educação dos alunos do PAEE e destacamos a formação continuada como uma forma de quebrar as barreiras que são encontradas nas escolas, e melhorar a qualidade da educação para todos.



## 2 A INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL ATUAL

Historicamente a educação sempre foi vista como privilégio de poucos, e se inclinarmos o olhar ainda nessa linha histórica podemos constatar que para o público-alvo da Educação Especial – PAEE, ter garantida a educação básica era praticamente impossível, isso porque eram simplesmente excluídos das escolas e não somente delas, mas também da sociedade em geral.

Durante muitos anos essa foi a realidade de quem apresentava alguma necessidade específica, somente através de lutas por direitos iguais que esses sujeitos começaram a ser notados. Com isso, cresceu a cobrança para que as políticas fossem elaboradas visando a oferta de uma educação básica de qualidade, também para os alunos do PAEE, assim como garantissem sua participação na sociedade. Belther, quando fala sobre as barreiras diz que:

[...]são obstáculos que impedem ou limitam o acesso de pessoas com deficiência à sociedade. Nesse sentido, a promoção da acessibilidade, obrigatoriamente, requer o fim das barreiras, que podem ser sociais atitudinais até arquitetônicas. Os primeiros tipos de barreiras envolvem, por exemplo, a não aceitação das pessoas com deficiência, seja no acesso à educação, à saúde ou lazer. São atos discriminatórios que devem ser combatidos. Já as barreiras físicas também precisam ser transpostas, ou seja, adaptadas para acessibilidade. (2017, p.55)

Podemos então destacar a importância de elaborar políticas voltadas para as necessidades dos alunos PAEE, para que essas barreiras sejam eliminadas, como também possam usufruir de uma educação de qualidade que os acompanhe ao longo de suas trajetórias escolares e além delas. Pavezi destaca que:

O direito à educação precisa também ser pensado e discutido considerando o sujeito específico, que tomado a partir de critérios de diferenciação que o classificam como pertencente ao PAEE, torna inviável a utilização de igual tratamento em razão de suas diferenças e necessidades. (PAVEZI, 2018, p.60)

Se a elaboração das políticas for dissociada das necessidades do PAEE ela de nada serve para esses sujeitos, pois não tem a intenção de assegurar-lhes direito algum, seria apenas uma tentativa frustrada de inseri-los tanto nas escolas como na sociedade, sem nenhum suporte. Belther ainda salienta que:

As legislações precisam garantir, para as escolas, um espaço maior para construir propostas pedagógicas e que contribuam para organizar o

ambiente, além disso, os governos, em suas diversas dimensões (federal, estadual e municipal), precisam se certificar de que as escolas recebam recursos para tornar a educação inclusiva possível. (2017, p.88)

Isso porque as escolas, quando não estão adequadas para receber o aluno, tornam esse processo muito mais complicado. Ou seja, se a escola não possui rampas, elevador, sinalizações, corrimões entre outras adequações necessárias para os alunos do PAEE, torna o acesso dificultoso. Por isso é importante que essas dimensões como é citado pela autora, também tomem conhecimento da realidade das determinadas localidades.

Para a elaboração das políticas públicas da educação inclusiva o Brasil apoiou-se em documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Esses documentos internacionais têm como base o entendimento que todas as pessoas têm o mesmo direito e não podem ser discriminadas devido a suas especificidades.

Com isso a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994. p. 1) proclama que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”. Nesta ótica, respeitando a individualidade e diversidade de cada criança é possível criar caminhos que levam a interações com outros grupos sociais, fazendo com que eles também se sintam parte desse meio social. Levando em consideração esses pontos que a declaração traz notamos que são passos importantes para cultivar o pensamento e ideais para a mudança.

Assim, com influência desses documentos foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9.394/96, que em seus artigos 58, 59 e 60 demonstram uma melhoria no que se refere a uma educação de qualidade, também para o público alvo da Educação Especial. Isso devido a cada artigo se destinar a pontos específicos, que vão desde a oferta da educação ao envolvimento do Estado. O artigo 59 prevê

Preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para conclusão do programa escolar. (BRASIL, 2010, p.12)

Estar claro que os educandos do PAEE têm direito a um currículo adaptado, que tenha como foco desenvolver a capacidade máxima do aluno, métodos e recursos diferenciados. Dessa forma, toda a organização das instituições deve ser pensada para atender as necessidades específicas desses alunos.

Nessa linha de influenciados pelos documentos externos temos a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esse documento traz uma visão de como ofertar uma educação de qualidade para os alunos do público alvo da Educação Especial em todas as etapas. No artigo 2º define-se que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2010, p.16)

Deste modo, percebemos que as escolas têm a obrigação de matricular todos os alunos, ou seja, não podem negar a matrícula aos alunos que tenham alguma necessidade educacional especial, assim necessitam organizarem-se para ofertar a educação necessária que esses alunos precisem, do ambiente ao ensino. Como está escrito no próprio documento, uma educação de qualidade para todos.

Em 2001 é aprovado o Plano Nacional de Educação, lei de número 10.172. que almejava a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento a diversidade humana. O PNE é uma lei que tem a duração de 10 anos e nesse período, até sua finalização em 2011 essa era a pretensão, que as escolas atendessem todos os públicos. Ao traçar metas e objetivos para que os sistemas de ensino proporcionassem atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, percebeu-se pontos falhos que necessitariam de mudanças.

Em vista disso, ao analisar as metas e objetivos notou-se que dentre eles estava a falta de matrículas ofertadas para os alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular; fragilidade na formação docente, visto que os professores não estavam aptos a atender todo esse público; problemas de acessibilidade física, pois a estrutura física das escolas não proporcionava acesso livre e seguro para os alunos; e, práticas de atendimento educacional especializado de maneira substitutiva ao ensino regular.

É interessante perceber que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI, segundo Pavezi (2018), não é um documento normativo, mas orientador. Ele define diretrizes para os sistemas de ensino. Essas diretrizes estão incorporadas a leis, decretos e resoluções que constituem o corpus legal das políticas de Educação Especial. Dessa forma, norteia quem é o grupo pertencente ao PAEE sendo eles alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Além do mais, o documento reforça que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. Isso significa que o aluno deve ser acompanhado do nível básico até o nível superior da educação.

Em relação a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, a PNEEPEI diz que a função do AEE é “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2010, p.21). É preciso identificar qual a necessidade específica do aluno, para então eliminar as barreiras que impedem sua plena participação na escola e nas aulas.

Com isto é importante ressaltar que essas atividades que são elaboradas para o AEE são diferentes das feitas em sala de aula do ensino comum, assim sendo não substitui a escolarização dado que é um atendimento complementar e/o suplementar à formação do aluno.

A Lei nº 13.005/2014 que institui o PNE 2014-2024, no que se refere ao PAEE, prevê na meta 4 a universalização do acesso à Educação Básica e ao AEE para a população de alunos do PAEE de 4 (quatro) a 17 (dezesete). Deixa claro que o acesso deve ocorrer de preferência na rede regular de ensino e em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Já o AEE como ensino complementar deve ser ofertado em salas de recursos multifuncionais (BRASIL 2014).

A Lei Brasileira de Inclusão de número 13.146/2015 traz suas importantes contribuições para pessoas com alguma necessidade específica, incorpora e reproduz, na íntegra, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Nas últimas décadas houve diversas mudanças nas leis para inclusão, tais mudanças foram necessárias para que o aluno do PAEE pudesse usufruir também de uma educação de qualidade. Foi necessário reconhecer a importância de suas pautas para a elaboração de políticas voltadas para a necessidade dos sujeitos. Assim, percebeu-se que a estrutura das escolas precisava mudar, que a formação docente precisaria também estar voltada para as necessidades dos alunos, ou seja, que precisaria de todo um aparato para receber esse aluno.

Por muitas vezes esses documentos não são implementados como deveria e a falta de acompanhamento acaba sendo uma brecha que faz com que todos esses

direitos não cheguem até o aluno, fazendo com que não se cumpram o que está na lei.

Outro fator que acaba prejudicando o aluno é a falta de conhecimento dos pais sobre a existência dessas leis, e podem acabar tendo apenas uma visão limitada de deficiência, de incapacidade de seus filhos. Porém, devemos considerar também o que destaca Pinheiro (2017), quando fala que os pais têm muitas dificuldades para se adaptar e enfrentar a nova situação, de ter um filho com deficiência, comparado aos pais de filhos sem deficiência. Ressalta que a sociedade e principalmente a escola exige que esses pais tenham conhecimentos e comportamentos que demonstrem domínio sobre tal situação sem levar em consideração que os pais podem passar por um momento delicado e dolorido.

Percebemos que nesse primeiro momento antes que se façam cobranças e posicionamentos é importante que os pais recebam todo o apoio necessário. Assim, quando chegar a vez de inserir a criança na escola, os pais estarão mais confiantes e certos do que estão fazendo.

Os pais devem receber apoio para poderem compreender os seus próprios sentimentos em relação a deficiência dos filhos, de preferência durante a infância, visto que o sentimento, muitas vezes inconscientes, quando não tratado pode servir de obstáculos às oportunidades da criança de alcançar a maturidade. Infelizmente, a maioria dos pais não conseguem alguma terapia para si e para os filhos com deficiências. A falta de oportunidades e recursos, ou a ausência de uma preocupação social, faz com que esses pais frequentemente se encontrem sozinhos e, algumas vezes, nada mais recebam que o rótulo de deficiente ou retardado para o aprendizado do filho (PINHEIRO, 2017, p.14).

Muitas famílias tendem a afastar a criança da escola, por não querer expô-la ou por deduzir que ela não será capaz de aprender nada. Nesse momento da ausência de conhecimentos não conseguem reconhecer o quanto uma educação especializada e verdadeiramente inclusiva pode contribuir no desenvolvimento, na participação, na adaptação dessas crianças. Segundo afirma Pinheiro (2017, p. 16)):

[...] após o diagnóstico do filho com deficiência, a família é acometida por uma situação inesperada, a negação, e procurarão de diversas maneiras fugir da nova realidade, tanto para si próprio assim como com as demais pessoas que os cercam. Essa fase decorre do choque frente ao inesperado e pelo despreparo em conviver com algo desta natureza e que suscita dúvida quanto a um futuro imprevisível [...] os pais fecham-se na sua dor, negando-se, evitando o contato com outras pessoas, e apresentam dificuldades de interagir com o bebê. Esta fase pode se prolongar por dias, meses ou anos.

Pinheiro (2017) ainda ressalta que, superada a fase de negação a família passa para fase de aceitação. Nesta fase os pais já conseguem ter conhecimento sobre a deficiência do filho e estar sempre em busca de oferecer o melhor para a criança. Com isso podemos dizer que esse seria o momento em que os pais passariam a ter conhecimento também sobre as leis.

A escola, assim como os professores, além de oferecer uma educação adequada e verdadeiramente inclusiva para os alunos do PAEE, pode ajudar essas famílias a irem atrás de seus direitos, fazendo com que eles conheçam o que consta na legislação. Mas, se o despreparo e o desconhecimento também parte desses que seriam o apoio para as famílias, torna essa trajetória ainda mais difícil, principalmente para o aluno que é o foco maior. Assim como lembra Pletsch (2009, p. 148) “o despreparo e a falta de conhecimento estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida”.

Diante disso é possível perceber que muitos obstáculos ainda são colocados para que o aluno do PAEE possa ter uma educação de qualidade, com base em seus direitos. Desta maneira, entendemos que a escola é uma peça-chave nesse processo de projetar o aluno em vários caminhos, que levam a distintas oportunidades.

Por isso é muito importante que esse trabalho seja desenvolvido com muito respeito e qualidade. Para Belther (2017) a escola regular é o espaço que propicia o convívio entre os alunos PAEE e outros alunos da sua geração, o que favorece muito seu desenvolvimento.

Em vista do que foi apresentado percebemos que não é mais aceitável que escolas, como também todo seu corpo docente, continuem com práticas excludentes que acabam prejudicando os alunos do PAEE. Pois, assim como evidencia Belther.

Muitas das escolas tradicionais, que resistem às políticas de inclusão, afirma que estão despreparadas para receber alunos com deficiência, mas não se esforçam ou fazem muito pouco para mudar essa situação. Consequentemente, as escolas especiais acabam se tornando a única alternativa para diversas crianças com deficiência. (2017, p. 105)

Devido a isso, muitos pais acabam agarrando-se as poucas oportunidades que são disponibilizadas para as crianças.

As escolas, professores e sociedade precisam quebrar esse ciclo de exclusão e passar a ter conhecimento das políticas públicas voltadas para a Educação Especial. Reconhecer a importância dessas legislações para o avanço da

escolarização desses sujeitos. Desse modo, perceberão a importância da inclusão de alunos do PAEE em diversos ambientes, fazendo assim valer o seu direito, que está garantido por lei. Possibilitando as mesmas oportunidades para esses sujeitos que vêm lutando por esse espaço a muitos anos.

### **3 FORMAÇÃO INICIAL PARA A INCLUSÃO DOS ALUNOS DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – PAEE**

A escola é o lugar que deve estar preparado para receber alunos com diversas necessidades específicas. Porém esta instituição, muitas vezes, não se adequa à necessidade do aluno, conseqüentemente os currículos não são pensados para que haja, de fato, a inclusão desse público. Assim sendo, a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras que possamos imaginar (MANTOAN, 2003), já que estar apenas matriculado não garante que o aluno esteja recebendo uma educação de qualidade.

Pensar o objetivo da inclusão é voltar o olhar para os alunos do PAEE e enxergá-los como pessoas que somam e fazem parte da sociedade, como sujeitos com direitos, com capacidade de aprender, e que a escola, a família, a sociedade e o poder público assumam esta responsabilidade. Segundo a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, explicito em seu artigo 208. (BRASIL, 2010, p.11).

Assim o PAEE não deve ser considerado um fardo para o professor nem sequer para a escola, como se a instituição não tivesse o dever de recebê-los, e não apenas acolher, mas também oferecer uma educação de qualidade que proporcione a esses alunos condições de buscar seu espaço na sociedade. É importante que eles possam se enxergar como sujeitos de direitos de uma educação de qualidade, da mesma maneira que outro aluno fora desse público. Com isso percebemos que desde o início do seu trabalho o professor precisa ter conhecimento sobre a Educação Especial.

Ao chegar à escola, o docente pode deparar-se com alunos com necessidades educacionais distintas, exigindo dele um conhecimento que vá ao encontro da necessidade desse determinado aluno. Bergamo (2012, p. 59) destaca que:

A escola inclusiva necessita de professores qualificados e capazes de planejar e tomar decisões, refletir sobre a sua prática e trabalhar em parceria para oferecer respostas adequadas a todos os sujeitos que convivem numa escola. Portanto não basta a titulação. A formação dos



profissionais é essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que a tarefa de ensinar implica.

Diante disso, é notável o quanto esse professor necessita que em sua formação haja uma preparação adequada para trabalhar as particularidades de seus alunos. Como coloca Fernandes (2013, p.214), “a formação inicial funciona como uma lente que auxilia o professor a enxergar com nitidez aspectos que constituem a subjetividade de seus alunos”. Dessa forma, podemos perceber o quanto é indispensável que os cursos de formação de professores os preparem para atuar no campo da Educação Especial. Com Projetos Pedagógicos que apresentem em sua matriz curricular uma carga horária satisfatória de disciplinas correspondente a esta modalidade, abordando amplamente os conteúdos específicos que atinge o PAEE. Castro e Facion (2012, p. 162) apontam que:

A formação atual do professor não deve apenas restringir-se a uma mera atualização científica dos conteúdos formais da pedagogia e da didática, mas sim, propor-se a criar espaços de participação e reflexão para que esse profissional aprenda a adaptar-se à nova realidade da inclusão, bem como lidar com isso e com suas próprias incertezas sobre sua profissão.

Só então o professor compreenderá quem faz parte desse público, quais são suas especificidades, quais as políticas públicas que os amparam e o que elas proporcionam. A vista disso, o próprio docente saberá encontrar caminhos por meio dos quais possa de fato incluir em seu planejamento o aluno do PAEE, conseqüentemente eliminando barreiras, segregações ou qualquer tipo de preconceito.

Pois, como afirma Mantoan, “estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais” (2003, p.18). Quanto mais essas questões são trabalhadas na formação do docente, menos dúvidas e insegurança ele terá no momento de exercer seu trabalho, passando a não atribuir a culpa à sua falta de conhecimento, tampouco ao próprio aluno por não conseguir avançar devido às suas necessidades específicas.

A inclusão de alunos depende verdadeiramente da ação do professor, com isso percebemos que o sucesso das atividades desenvolvidas pelos professores gira em torno das condições de trabalho às quais estão submetidos. Neste sentido, as competências pedagógicas, habilidades, suas estratégias metodológicas resultam de sua formação inicial e continuada, que terá um grande peso nesse processo.

Esses pontos tornam-se indispensáveis para que se tenha sucesso na inclusão dos alunos, promovendo uma educação de qualidade (LEVY, FACION, 2012). O desempenho do professor em oferecer uma boa educação também para o aluno do PAEE é significativo, pois tem sua atenção voltada para suas particularidades, como também o desenvolvimento pessoal do aluno.

Apesar da inclusão dos alunos depender significativamente do professor, também devemos pensar em outros fatores que implicam em uma educação para todos. Refletir principalmente sobre como a escola está estruturada, o espaço físico, a gestão escolar, o projeto político pedagógico, o currículo, como também outros fatores que estão do lado de fora da escola, mas que se conectam, a exemplo da família. Nas palavras de Mantoan (2013, p.32), “temos dificuldade de incluir todos nas escolas porque a multiplicidade incontrolável e infinita de suas diferenças inviabiliza o cálculo, a definição desses sujeitos, e não se enquadra na cultura de igualdade das escolas”. Portanto, é necessária a desconstrução de modelos homogêneos nos quais as escolas insistem em seguir, encaixando os alunos com necessidades educacionais especiais em currículos inflexíveis, em padrões que não têm em vista as subjetividades desse público.

Em vista do que foi discorrido, vimos que para a verdadeira inclusão dos alunos do público alvo da Educação Especial é necessário que os futuros docentes saiam da graduação com conhecimento profissional, que os possibilite desenvolver um trabalho de qualidade para esse público. Podemos dizer que cada aluno possui uma forma única de aprender determinadas coisas, assim o aluno do PAEE também possui um jeito particular de aprender, a diferença nesse caso é que o docente precisa conhecer qual a necessidade desse aluno, para então pensar como ele pode contribuir para despertar o aprendizado nesse discente.

Apoiando-nos no que diz Mantoan “precisamos nos conscientizar de que as turmas escolares, queiramos ou não, são e serão sempre desiguais” (2013, p.67). Percebemos que um dos pontos cruciais nesse processo é o docente ter um bom entendimento do que se trata a inclusão de alunos com necessidades especiais. Ter uma boa formação torna-se indispensável para que seu trabalho não seja desenvolvido de qualquer maneira.

Nota-se que a formação inicial para inclusão do PAEE possibilita que o docente desenvolva seu trabalho com autonomia, no qual possa refletir sobre suas ações como também avaliar sua prática pedagógica, respeitando as diferenças.

Assim não será conivente com ações excludentes que a escola possa cometer, podendo usar seu conhecimento profissional para ajudar os componentes dessa determinada instituição a compreender aspectos da Educação Especial, buscando caminhos que eliminem práticas de exclusão.

O professor deve estar sempre atento, pois como já mencionado a inclusão vai além de apenas inserir no ambiente escolar, ela é uma forma de trazer o aluno para um mundo de oportunidades, tendo como foco suas particularidades para o seu desenvolvimento. Essa forma única exige do professor conhecimentos a serem construídos primeiramente na graduação, na qual ele possa apoiar-se quando lançado ao desafio de ensinar crianças e jovens com necessidades especiais. No entanto, o professor não pode parar na formação inicial, pois o futuro docente deve ter consciência de que essa primeira etapa de formação não será o único meio de ele obter conhecimento profissional sobre essa área, é importante procurar estar em constante formação para que sua prática seja sempre melhorada.

### 3.1 Formação Inicial no Curso de Licenciatura em Pedagogia

Quando falamos em formação inicial no curso de Licenciatura em Pedagogia, estamos entre outras possibilidades de atuação do pedagogo, em capacitar em nível superior o futuro docente para atuar em todas as etapas da Educação Básica, em especial na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como nos diversos níveis da gestão educacional. Com isso vem a preocupação sobre quais conteúdos são indispensáveis nesse processo de formação, pois é importante pensar quais conhecimentos esses futuros docentes necessitam dominar para tornarem-se bons profissionais. Como ressalta Vasconcelos (2012, p.23):

A todo professor se exige o domínio dos conteúdos com os quais trabalhará e essa base deverá ser inicialmente construída ao longo do curso de graduação e, posteriormente, durante a vida profissional que irá requerer constante atualização.

Podemos dizer então que esse primeiro momento é crucial na formação do docente, visto que é esse suporte que irá fornecer conhecimentos específicos sobre a docência, como também desenvolver habilidades e competências que ele necessita para exercer seu trabalho com confiança e êxito.

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição das habilidades e dos conhecimentos vinculados à atividade docente para melhorar sua qualidade. (VEIGA, 2009, p. 25).

É necessário destacar também que, assim como indica Veiga (2009), percebe-se que a finalidade do crescimento profissional docente é melhorar o conhecimento profissional, deixando claro que cada vez que o conhecimento se expande, também são melhoradas suas habilidades e competências para a execução do seu trabalho em uma instituição educativa. É seguro afirmar que essa melhoria do conhecimento profissional é importante, pois como já foi dito o docente é e será cobrado sobre tais domínios.

O projeto político pedagógico do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, destaca que uma formação desejável e adequadamente qualificada para o mundo atual é feita em nível superior na qual o locus privilegiado para formar esses profissionais é o curso de pedagogia considerando também a formação para gestão/coordenação do trabalho escolar que tornou-se indissociável a formação inicial. Dessa forma, o profissional qualificado

tem formação em nível superior e está apto a trabalhar além da sala de aula em cargos administrativos (UFAL, 2011)<sup>1</sup>.

Dessa maneira, entende-se que ao final de sua formação o docente poderá trabalhar não somente na sala de aula, mas também em cargos administrativos escolares. Isso significa que esse profissional além de dispor de conhecimento profissional docente satisfatório deve dominar da mesma forma conhecimento relacionado à gestão do trabalho escolar. Vejamos o que diz Luck (2013, p. 25):

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

Neste contexto, não é exagero afirmar que do pedagogo será exigido o conhecimento que o torna capaz de exercer o cargo de gestor de determinada instituição de ensino. Na qual busque criar caminhos para que o professor possa desenvolver o seu trabalho, visando o aumento da qualidade do ensino, bem como estar aberto a perceber a realidade da escola. Ou seja, enxergar os desafios que naturalmente vêm atrelados a ela, entendendo como desafios a serem superados.

Apoiando-se no que diz Luck (2014), quando o gestor idealiza algo diferente da realidade da escola, ele pode acabar desanimando ao deparar-se com os problemas que surgem. Isso acaba tornando-se um obstáculo ainda maior, pois ele acaba se apoiando em tais problemas para justificar impossibilidade de promover os resultados pelos quais detém responsabilidade. Os cursos de licenciatura em pedagogia necessitam enfatizar qual o papel e as reponsabilidades do pedagogo que atua como gestor escolar. Ele precisa ter acesso a conteúdos da Educação Especial que possibilite atuar na formação em serviço dos docentes que atuam com os alunos do PAEE. Atuando assim para a melhoria do atendimento às necessidades educacionais destes alunos.

Ao analisar a matriz curricular constante no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, em curso pela pesquisadora, constata-se que as disciplinas voltadas para a Educação Especial são tratadas com superficialidade. A Figura 01 apresenta a grade curricular do referido curso.

---

<sup>1</sup> Disponível em [https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus\\_sertao/ppp\\_pedagogia/view](https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus_sertao/ppp_pedagogia/view) Acesso em 03 de jan de 2022.

Figura 01 – Ordenamento Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UFAL Campus do Sertão, PPC 2011.

## 5. ORDENAMENTO CURRICULAR

### 5.1. Organização das disciplinas por semestre

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga Horária			
				Semanal	Teórica	Prática	Semestral
1		Sociedade natureza e desenvolvimento: da realidade local a realidade global	Sim	6	120	0	120
		Produção do Conhecimento: ciência e não ciência	Sim	6	120	0	120
		Lógica, Informática e comunicação	Sim	6	120	0	120
		Seminário Integrador I	Sim	2	20	20	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>20</b>	<b>380</b>	<b>20</b>	<b>400</b>
2		Profissão Docente	Sim	3	50	10	60
		Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	Sim	4	60	20	80
		Política e Organização da Educação Básica do Brasil	Sim	4	70	10	80
		Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	70	10	80
		Libras	Sim	3	40	20	60
		Projeto Integrador I	Sim	2	20	20	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>20</b>	<b>310</b>	<b>90</b>	<b>400</b>
3º		Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação	Sim	3	40	20	60
		Fundamentos Históricos da Educação e da Pedagogia	Sim	3	50	10	60
		Fundamentos Filosóficos da Educação	Sim	3	50	10	60
		Estatística Educacional	Sim	2	30	10	40
		Fundamentos Sócio-antropológicos da Educação	Sim	4	70	10	80
		Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Sim	3	50	10	60
		Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	Sim	2	30	10	40
		Projeto Integrador II	Sim	2	20	20	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>23</b>	<b>360</b>	<b>100</b>	<b>440</b>
4º		Alfabetização e Letramento	Sim	3	50	10	60
		Fundamentos da Educação Infantil e Propostas Pedagógicas	Sim	4	70	10	80
		Didática	Sim	3	50	10	60
		Currículo	Sim	2	30	10	40
		Avaliação Educacional	Sim	2	30	10	40
		Organização e Gestão dos Processos Educativos	Sim	4	70	10	80
		Projeto Integrador III	Sim	2	20	20	40
		Eletiva	Sim	2	30	10	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>23</b>	<b>370</b>	<b>90</b>	<b>440</b>
5º		Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	Sim	4	60	20	80
		Saberes e metodologias da Educação Infantil I	Sim	3	50	10	60
		Trabalho e Educação	Sim	3	50	10	60
		Pesquisa Educacional	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I	Sim	3	50	10	60
		Educação Especial	Sim	2	30	10	40
		Projeto Integrador IV	Sim	2	20	20	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>22</b>	<b>330</b>	<b>110</b>	<b>400</b>

Continua...

## Continuação...

6º		Saberes e metodologias da Educação Infantil II	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II	Sim	3	50	10	60
		Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I	Sim	3	50	10	60
		Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	Sim	2	30	10	40
		Estágio Supervisionado I	Sim	4	20	60	100
		Eletiva	Sim	2	30	10	40
		Projeto Integrador V	Sim	2	20	20	40
<b>Carga horária total do período</b>				<b>23</b>	<b>300</b>	<b>160</b>	<b>400</b>
7º		Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais I	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia I	Sim	3	50	10	60
		Saberes e Metodologias do Ensino de História I	Sim	3	50	10	60
		Projeto Integrador VI	Sim	2	20	20	40
		Estágio Supervisionado II	Sim	8	40	120	160
<b>Carga horária total do período</b>				<b>22</b>	<b>240</b>	<b>200</b>	<b>440</b>
8º		Arte Educação	Sim	2	30	10	40
		Saberes e Metodologias do Ensino de História II	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II	Sim	3	40	20	60
		Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II	Sim	3	40	20	60
		Projeto Integrador VII	Sim	2	20	20	40
		Estágio Supervisionado III	Sim	8	40	100	140
<b>Carga horária total do período</b>				<b>21</b>	<b>210</b>	<b>210</b>	<b>400</b>
Total de Carga Horária							3.320
<b>Total: -----disciplinas + estágio supervisionado</b>							
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)							200
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)							40
<b>Carga Horária de Integralização Curricular (CHIC)</b>							<b>3.560</b>

## 5.2. Disciplinas Eletivas

No de Ordem	Código	Disciplina	Carga Horária			
			Semanal	Teórica	Prática	Semestre
		Educação e Movimentos Sociais	2	30	10	40
		Corporeidade e Movimento	2	30	10	40
		Educação de Jovens e Adultos: desafios e práticas	2	30	10	40
		Introdução à Educação a Distância	2	30	10	40
		Educação do Campo	2	30	10	40
		Educação e Gênero	2	30	10	40
		Educação e Meio-Ambiente	2	30	10	40
		Educação e Diversidade Étnico-Racial	2	30	10	40
		Tópicos de História da Educação em Alagoas	2	30	10	40
		Educação e Economia Solidária	2	30	10	40
		Literatura Infantil	2	30	10	40
		Leitura e Produção Textual em Língua Portuguesa	2	30	10	40
		Jogos, Recreação e Brincadeiras	2	30	10	40

Continua...

## Continuação...

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
LIBRAS	Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.	<p><b>Bibliografia Básica</b>            BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004.            CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Valkíria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. <i>Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais</i>. Volumes I e II. São Paulo: Edusp, 2009. - I.S.B.N.: 9788531411786            FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. <i>LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno</i>. 5ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007. I.S.B.N.: 8599091-01-8            FERREIRA BRITO, L. <i>Por uma gramática das línguas de sinais</i>. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.            GOES, M. C. R. <i>Linguagem, surdez e educação</i>. Campinas, Autores Associados, 1996.            QUADROS, R. M. <i>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais</i>.            QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004. - I.S.B.N.: 8536303085            SACKS, O. <i>Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos</i>. Rio de Janeiro, Imago, 1990.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b>            PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin Lilian. <i>Fundamentos da Educação de Surdos</i>, Florianópolis, EDUFSC, 2006.            PIMENTA, Nelson. <i>Coleção Aprendendo LSB</i>. Rio de Janeiro: Regional, vol. I Básico, 2000.            PIMENTA, Nelson. <i>Coleção Aprendendo LSB</i>. Rio de Janeiro: Regional, vol. II Intermediário, 2000.            SKLIAR, Carlos. <i>A Surdez: um olhar sobre as diferenças</i>. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. - I.S.B.N.: 8587063170            STRNADOVÁ, Vera. <i>Como é ser surdo</i>. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2000. - I.S.B.N.: 9788585626020</p>
Educação Especial	Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social	<p>COLL et. al.. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar</i>. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. V.III.            FONSECA, V. <i>Educação especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feurstein</i>. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.            FONSECA, v. <i>Uma introdução às dificuldades de aprendizagem</i>. Lisboa: Editorial Notícias: 1984.            IDE, S. M. <i>Leitura e escrita e deficiência mental</i>. São Paulo, Memnon: 1994.            Salto para o Futuro: educação especial.: tendências atuais. Secretaria de Educação à distância. Brasília: Ministério de Educação, SEED: 1999.</p>

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2011

As disciplinas de projetos integradores podem vir a ser trabalhadas na perspectiva da Educação Especial, apesar de não ser o seu foco. Segundo a ementa da disciplina, ela é um componente integrador das disciplinas de cada semestre letivo. Organizada a partir de atividades interdisciplinares, ou seja, é ela que irá fazer uma ponte com cada disciplina referente ao semestre letivo. Com o objetivo de refletir sobre os elementos da prática pedagógica no contexto da divisão social e técnica do trabalho escolar, baseando-se nos conhecimentos relacionados à formação docente, mediante a análise da realidade educativa.

Mesmo com a possibilidade de trabalhar a disciplina de Projetos Integradores referente à Educação Especial, podemos encontrar um fator que pode barrar essa execução. Não basta apenas ministrar a disciplina direcionando os conteúdos para a Educação Especial, é importante que o professor tenha além de conhecimento domínio sobre esta área, para que algo de grande importância como é a Educação Especial não seja tratado de qualquer forma. Assim o professor que deseja trabalhar



a disciplina de Projeto Integradores referente à Educação Especial deve estar preparado para essa execução.

Em 2018 o PPC do curso de Pedagogia passou por uma reformulação. A

Figura 02 mostra como ficou a composição curricular.

Figura 02 - Ordenamento Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UFAL Campus do Sertão, PPC 2018<sup>2</sup>.

<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o primeiro período</b>							
1º	ESTRUTURADOR	Profissão Docente	Sim	3	48	06	54
	CONTEXTUAL	Educação e Direitos Humanos	Sim	3	48	06	54
		Leitura e produção textual em língua portuguesa	Sim	3	48	06	54
	ARTICULADOR	Metodologia Científica	Sim	4	72	0	72
		Fundamentos sócio-filosóficos do conhecimento	Sim	4	72	0	72
			Ações de extensão 1	sim	3	54	-----
<b>Carga horária total do período</b>				<b>20</b>	<b>294</b>	<b>12</b>	<b>360</b>
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o segundo período</b>							
2º	CONTEXTUAL	Educação e relações étnico-raciais	Sim	4	56	16	72
		Introdução às tecnologias de informação e comunicação	Sim	4	72	0	72
	ESTRUTURADOR	Fundamentos das ciências sociais	Sim	4	72	0	72
		Política e Organização da Educação Básica do Brasil	Sim	4	64	08	72
		História da Educação (Fundamentos históricos da educação e da pedagogia)	Sim	3	48	06	54
	ARTICULADOR	Arte Educação	Sim	3	37	17	54
			Ações de extensão 2 A	Sim	2	12	24
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>361</b>	<b>71</b>	<b>432</b>

Continua...

<sup>2</sup> Disponível em [https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus\\_sertao/projeto-pedagogico-pedagogia-licenciatura-2018.pdf/view](https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus_sertao/projeto-pedagogico-pedagogia-licenciatura-2018.pdf/view) Acesso em 03 de jan de 2022.

## Continuação...

Disciplinas e componentes curriculares que compõem o terceiro período								
3º	CONTEXTUAL	Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação	Sim	4	56	16	72	
		Trabalho e educação	Sim	3	47	07	54	
	ESTRUTURADOR	Fundamentos Psicopedagógicos da Educação	Sim	3	47	07	54	
		Desenvolvimento e Aprendizagem	Sim	4	64	08	72	
	ARTICULADOR	Currículo	Sim	3	37	17	54	
		Fundamentos sócioantropológicos	Sim	3	47	07	54	
			Ações de extensão 2 B	Sim	4	18	54	72
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>316</b>	<b>116</b>	<b>432</b>	
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quarto período								
4º	CONTEXTUAL	Sociologia contemporânea	Sim	4	72	0	72	
	ARTICULADOR	Fundamentos da Educação Infantil e Propostas Pedagógicas	Sim	3	47	07	54	
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	Sim	4	56	16	72	
		Alfabetização e letramento	Sim	3	47	07	54	
			Eletiva	Sim	3	47	07	54
	ESTRUTURADOR	Didática	Sim	4	66	06	72	
		Educação Especial (PCC)	Sim	3	47	07	54	
<b>Carga horária total do período</b>				<b>24</b>	<b>382</b>	<b>50</b>	<b>432</b>	
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o quinto período								
5º	CONTEXTUAL	Libras	Sim	3	47	07	54	
	ESTRUTURADOR	Avaliação educacional	Sim	3	47	07	54	
		Organização e Gestão dos Processos Educativos (PCC)	Sim	3	47	07	54	
		Saberes e metodologias da Educação Infantil I	Sim	3	47	07	54	
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa I	Sim	3	47	07	54	
		Pesquisa Educacional	Sim	3	37	17	54	
			Ações de extensão 3 A	Sim	3	20	47	67
<b>Carga horária total do período</b>				<b>21</b>	<b>292</b>	<b>99</b>	<b>391</b>	
Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sexto período								
6º		Saberes e metodologias da Educação Infantil II	Sim	3	00	54	54	

Continua...

## Continuação...

	ESTRUTURADOR	(PCC)					
		Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática I	Sim	3	47	07	54
		Saberes e metodologia do Ens. Geografia I	Sim	3	47	07	54
		Saberes e metodologia do Ens. História I	sim	3	47	07	54
		Estágio Supervisionado I	Sim	5	40	60	100
		Saberes e Met. do Ens. Ciências I	Sim	3	37	17	54
Carga horária total do período				23	218	206	424
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o sétimo período</b>							
7o	ESTRUTURADOR	Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de Geografia II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Saberes e Metodologias do Ensino de História II (PCC)	Sim	3	00	54	54
		Estágio Supervisionado II	Sim	8	40	120	160
		Ações de extensão 3 B	Sim	4	18	54	59
Carga horária total do período				24	58	390	435
<b>Disciplinas e componentes curriculares que compõem o oitavo período</b>							
8o	ESTRUTURADOR	Estágio Supervisionado III	Sim	8	40	100	140
	CONTEXTUAL	Fundamentos da EJA	Sim	3	47	07	54
		Estatística educacional	Sim	3	47	07	54
	ARTICULADOR	Eletiva	Sim	3	47	07	54
		Ações de extensão 4	Sim	3	16	44	60
Carga horária total do período				20	197	165	362
Total de Carga Horária							3268
<b>Total: disciplinas + estágio supervisionado</b>							
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)				200			
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)				10			
<b>Carga Horária de Integralização Curricular (CHIC)</b>				<b>3.478</b>			

Continua...

Continuação...

## QUADRO DE DISCIPLINAS ELETIVAS

Período	Disciplinas eletivas	Carga horária			
		Semanal	Teórica	Prática	Total
	Corporeidade e movimento	3	47	07	54
	Educação a Distância, mídias e Didática online	3	47	07	54
	Educação do campo	3	47	07	54
	Educação e economia solidária	3	47	07	54
	Educação e movimentos sociais	3	47	07	54
	Educação em Espaços não-formais	3	47	07	54
	Educação gênero e sexualidade	3	47	07	54
	Tópicos da História da Educação de Alagoas	3	47	07	54
	Ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua	3	47	07	54
	Formação docente na mediação entre universidade e escola	3	47	07	54
	Jogos Recreação e Brincadeiras	3	47	07	54
	Legislação Educacional.	3	47	07	54
	Libras II	3	47	07	54
	Literatura infantil	3	47	07	54
	Tópicos especiais em estudos da infância	3	47	07	54

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Educação Especial	<p>Estudo dos conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Especial e Inclusiva. Reconhecimento das diferentes deficiências. Conhecimento das especificidades dos estudantes com deficiência (física, visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, psicose infantil) e com altas habilidades/superdotação. Reflexão sobre a prática inclusiva que garanta o acesso e permanência dos estudantes com necessidade educacionais especiais.</p>	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar</i>. Vol 2. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995.</li> <li>• MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. <i>Inclusão escolar: pontos e contrapontos</i>. 5 ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-30.</li> <li>• MAZZOTTA, M. J. S. <i>Educação especial no Brasil: história e políticas públicas</i>. São Paulo: Cortez, 1996.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. <i>Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?</i> São Paulo: Moderna, 2003.</li> <li>• CARVALHO, R. E. <i>Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico</i>. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</li> <li>• CUNHA, Eugênio. <i>Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família</i>. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009.</li> <li>• MACHADO, A. M. et. al. <i>Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola</i>. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.</li> <li>• STAINBACK, S.; STAINBACK, W. <i>Inclusão: um guia para educadores</i>. Porto Alegre: Artmed, 1999.</li> </ul>

Continua...

## Continuação...

Libras	Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição de Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</li> <li>• _____, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</li> <li>• SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Valkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua Brasileira de Sinais. Volumes I e II. São Paulo: Edusp, 2009.</li> <li>• FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do aluno. 5ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.</li> <li>• FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.</li> <li>• SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.</li> <li>• SANTANA, Ana Paula. Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.</li> </ul>
--------	--	--

## Ementas disciplinas eletivas:

SABERES/COMPONENTES CURRICULARES	EMENTA	BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua	Ementa: Discutir o ensino, a aprendizagem e a prática da língua portuguesa na modalidade escrita como	<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• FREITAS, Maly Magalhaes. Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa para alunos surdos. Curitiba: APPRIS, 2014.</li> </ul>
	segunda língua para os surdos;	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Reinaldo. Português Urgente!: método simples e rápido para escrever sem errar. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.</li> <li>• QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.</li> </ul> <p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol. 1 Brasília: MEC, SEESP, 2004.</li> </ul>

Continua...

## Continuação...

Libras II	Ementa: Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); uso da Libras em contextos formais e informais a partir de diversos gêneros discursivos, e com práticas de comunicação em Libras voltadas ao contexto	<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CAPOVILLA, Fernando César, RAFAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira.</b> 1ª Ed., São Paulo: EDUSP, 2001.</li> <li>• FELIPE, Tanya A. <b>Libras em</b></li> </ul>
	educacional e das relações cotidianas.	contexto: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001. <ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <b>Curso de Libras 1 Básico.</b> 1 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.</li> </ul> <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. <b>Curso de Libras 2 Básico.</b> 1 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.</li> <li>• QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodemir Becker. <b>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.</b> Porto Alegre: Artmed, 2004.</li> </ul>

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2018

Fazendo uma análise comparativa entre ambas matrizes, se nota que as disciplinas que correspondem a Educação Especial obtiveram poucas alterações. Não havendo aumento de disciplinas obrigatórias voltadas para a Educação Especial. Mas um ponto positivo a ser levantado é o quadro de disciplinas eletivas que agora dispõe de dois novos conteúdos voltados especificamente para o ensino de Libras, sendo ela o Ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua e Libras II.

Esse complemento é muito importante, como também é uma forma de ampliar os conhecimentos dos alunos em LIBRAS.

Considerando também outro ponto positivo da nova matriz curricular é o aumento de horas que a disciplina de Educação Especial ganhou, agora possui 14 horas a mais do que havia antes. Assim pode-se dizer que foram melhoras significativas, entretanto da mesma forma que os alunos da grade curricular de 2011 de pedagogia, os alunos da nova grade curricular de 2018 não devem limitar-se a essa parcela de conhecimento que é oferecido na sua formação inicial.

Como foi possível observar no PPC de 2011, todo conhecimento profissional que o aluno do curso de pedagogia recebeu sobre a Educação Especial, foi por meio das duas disciplinas que o curso ofertou.

A primeira disciplina apresentada é a de Libras que tem seu conteúdo direcionado para o estudo da Língua Brasileira de Sinais, a qual levanta pontos importantes como estrutura gramatical, expressões manuais, gestuais e o seu papel para comunidade surda. A segunda disciplina é intitulada de Educação Especial, seu conteúdo tem foco no estudo do desenvolvimento singular das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, por fim trabalhar o educando na perspectiva do processo de inclusão social (PPC, de Licenciatura em Pedagogia, UFAL-Sertão, 2011).

Como descrito na grade em relação à carga horária de tais disciplinas, são destinados um total de 60 horas para disciplina de Libras, a qual está dividida em 40 horas para fundamentação teórica e 20 horas para atividades práticas. No que se refere à disciplina de Educação Especial são disponibilizadas 40 horas no total, sendo 30 horas para fundamentação teórica e 10 horas para atividades práticas.

Embora a oferta de disciplinas da área da Educação Especial atenda às diretrizes vigentes para os cursos de formação de professores, é insuficiente para a promoção dos conhecimentos necessários à garantia da inclusão dos alunos PAEE.

Executar com qualidade o que se pretende na ementa das disciplinas torna-se uma tarefa difícil, pois como podemos observar as disciplinas possuem uma quantidade de horas extremamente baixa, com isso o professor pode encontrar dificuldade em aprofundar os conhecimentos sobre os determinados conteúdos.

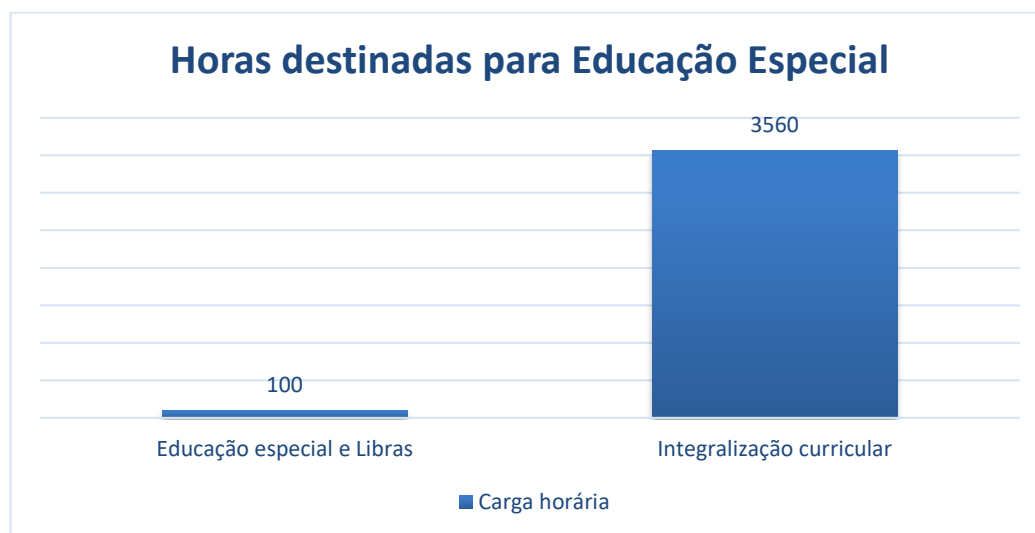
Então, por mais que o professor se esforce em oferecer uma educação de qualidade vemos que não depende apenas dele, já que o mesmo necessita trabalhar apenas com as horas que são disponibilizadas. Assim, notamos que existe a possibilidade do aluno conhecer apenas uma pequena parte do que se refere à Educação Especial. Pois, além de não poder contar com mais disciplinas que tratem sobre essa área da mesma forma não pode contar com uma quantidade de horas satisfatória.

Para uma visão mais clara sobre o que acabamos de falar, observaremos nos gráficos abaixo a carga horária destinada à Educação Especial nos PPCs de 2011 e 2018, de licenciatura em Pedagogia, da UFAL Campus do Sertão.



O Gráfico 01 indica o total de horas destinadas à Educação Especial no PPC de 2011.

Gráfico 01 – Carga horária destinada à Educação Especial no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2011.



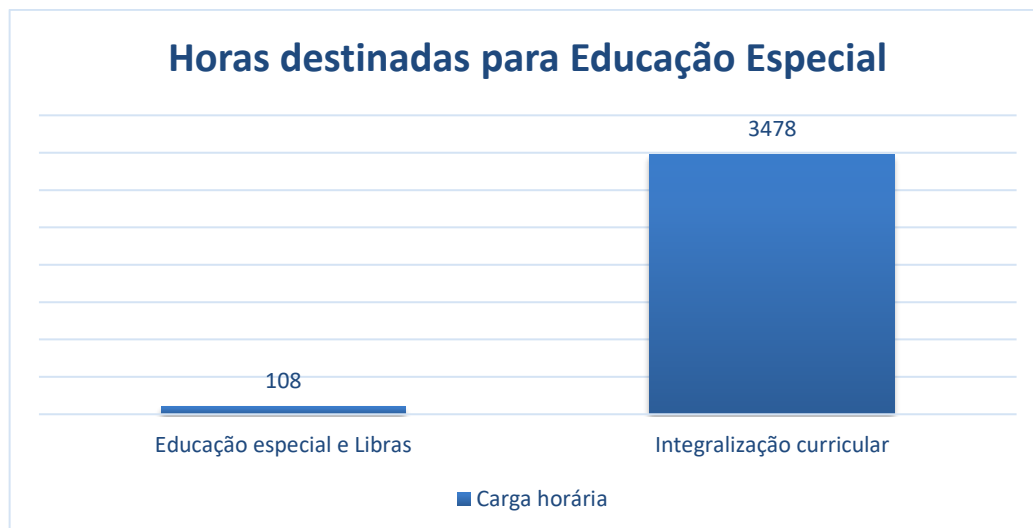
Fonte: Elaborado pela autora, a partir do PPC de Pedagogia, 2011

Fica evidente que do total de horas que o curso possui, uma pequena parcela é reservada para a Educação Especial e Libras, o que corresponde apenas a 2,8 % da carga horária total.

O Gráfico 02 indica a oferta de disciplinas voltadas à Educação Especial no PPC de 2018.

Gráfico 02 – Carga horária destinada à Educação Especial no PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia, UFAL/Sertão, 2018.





Fonte: Elaborado pela autora, a partir do PPC de Pedagogia, 2018

O aumento de carga horária destinada à Educação Especial em 2018 foi irrisória. Passou dos 2,8% em 2011 para 3,1% em 2018. Com isso analisando os dois gráficos percebemos que o curso ainda continua disponibilizando uma pequena carga horária para o tema. Observamos um acréscimo de apenas 8 horas a mais nas disciplinas obrigatórias, em relação ao gráfico 01.

Então o que deveria ser uma das etapas essenciais na formação docente, torna-se algo fragilizado. Refletimos sobre o que salienta Castro e Facion (2012, p. 158):

Acreditamos ser de extrema relevância preparar o professor para os novos desafios da educação. A promoção de uma postura reflexiva e crítica, por meio da apropriação de conhecimentos, proporcionará a esse profissional condições de se posicionar e atuar com responsabilidade e autonomia, reivindicando uma educação que respeite os ideais de uma sociedade justa e democrática.

Aprofundando ainda a análise do que o gráfico pode representar, percebe-se que de fato, o aluno pode sair da graduação sem compreender a importância de conhecer a Educação Especial de uma forma mais ampla. O modo como ela é tratada dentro do curso pode passar uma ilusão de que, o que o docente recebeu foi suficiente para sua formação, ou seja, as disciplinas que foram trabalhadas são capazes de garantir um resultado satisfatório no momento que o professor for executar o seu trabalho.

A sutileza com que a Educação Especial é trabalhada pode gerar esse tipo de conclusão por parte do aluno, passando a dar mais importância a outras disciplinas

relacionadas a outras áreas, pois possui uma quantidade maior de horas sendo mais exigidas.

É difícil pensar em uma inclusão de jovens e crianças da Educação Especial, sendo que os profissionais não foram devidamente preparados para trabalhar com a particularidade de cada aluno, sem entender qual o seu compromisso na formação desses indivíduos. Nas palavras de Fernandes (2013), pode-se declarar que no âmbito da educação não é difícil deparamos com docentes, e outros profissionais da educação que expressem resistência em aceitar o desafio da responsabilidade do ensino de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

Essa resistência pode nascer de fatores como a má formação docente, com isso, percebemos que se o trabalho for executado por professores despreparados, que desconsideram ou desconhecem os processos singulares de aprendizagem dos alunos da Educação Especial, os níveis de exclusão poderão ser aumentados.

Refletindo sobre o que foi analisado do PPC de pedagogia da UFAL- Sertão, nota-se que para a formação inicial do futuro docente o curso não oferece uma base sólida para o desenvolvimento do trabalho com o aluno PAEE. Isso confirma-se ao observarmos que ao longo do curso o graduando não contará com uma grade curricular extensa de disciplinas destinadas a Educação Especial. Do mesmo modo, não desfrutará de grandes quantidades de carga horária para as disciplinas ofertadas. Assim o curso vai deixando lacunas, nas quais é importante que o futuro professor reflita sobre sua formação e perceba se ela foi satisfatória, essa reflexão é significativa, pois analisa também quais os pontos que ele deve buscar amadurecimento.

O quanto antes o docente perceber essa insuficiência, mais rápido ele dará continuidade aos seus estudos aprimorando seus conhecimentos. Do contrário é possível que o graduando só se depare com este desafio durante os estágios ou quando passar a atuar como docente. E então perceba a insuficiência de sua formação para trabalhar com PAEE quando for exigido que ele demonstre capacidade para ensinar esses alunos.

É a partir do confronto com a realidade que o professor pode apresentar medo e insegurança ou como já foi dito, resistência. Assim fica visível que se a formação que o docente recebeu não foi de qualidade ou insuficiente, os resultados do seu trabalho serão sempre precários, isso porque desconhece o modo de ser e

agir do PAEE, possuindo apenas conhecimento superficial. Nas palavras de Veiga (2009, p. 65):

O aprimoramento do processo de formação requer muita ousadia e criatividade. Dada a importância do trabalho do professor para a melhoria do atendimento escolar, fica evidenciada a necessidade de investir na qualidade da formação profissional para o magistério e no aperfeiçoamento das condições de trabalho nas escolas.

Então, se queremos que o professor desenvolva um excelente trabalho, é essencial que os cursos ofereçam uma formação inicial que caminhe para essa finalidade. Pois, o que se espera e se cobra é que o docente atenda às demandas que a escola possui. Também como já foi apresentado é fundamental que a escola proporcione ao docente condição para desenvolver um trabalho de qualidade, assim como ajudar no seu crescimento profissional.

Ao longo dessa discussão, um ponto que veio tomando forma e se concretizando, devido a sua importância para a carreira profissional, foi a necessidade de uma formação contínua, na qual o docente possa ampliar seus conhecimentos. Percebe-se que o curso possibilita uma introdução no mundo da Educação Especial, que já é de grande valia, porém torna-se insuficiente, pois a realidade exigirá do docente mais que uma introdução, é devido a isso que os conhecimentos começam na formação inicial, mas devem se expandir além dela, contudo esta discussão será aprofundada na próxima seção.

## 4 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A GARANTIA DA INCLUSÃO

Vivemos em um mundo no qual as evoluções acontecem de modo acelerado, e espera-se que todas as profissões acompanhem essas evoluções. Com o professor não seria diferente, surgindo então a necessidade de o docente continuar buscando por conhecimentos. Para compreendemos porquê a formação continuada é tão importante, devemos conhecer o que ela proporciona ao educador e como isso pode afetar os alunos e a escola como um todo.

A realização de pesquisa na educação especial fornecerá subsídios para uma melhor atuação na complexa e dinâmica realidade educacional, tendo em vista a diversidade de alunos que ali transitam, a fim de promover o acesso aos saberes que compõem o currículo. A sala de aula não pode ser reduzida a um espaço e tempo em que a aprendizagem aflora de forma tranquila e homogênea. Ao contrário, trata-se de um espaço inquietante e provocativo, que vem desafiando, cada vez mais, a formação profissional do pedagogo/ professor. (BERGAMO, 2012, p.13)

Podemos assim dizer que, a formação continuada está sempre conduzindo o docente a acompanhar as mudanças que vêm acontecendo na sociedade. Pois, com as mudanças surgem novos conhecimentos, novas práticas pedagógicas, novas tecnologias, que de alguma forma acabam exigindo do profissional uma melhoria em suas habilidades para lidar com os desafios que surgem no dia a dia da sala de aula. Esse domínio é importante para a execução de um trabalho de qualidade.

Se na atualidade a formação continuada é uma demanda dos nossos tempos, pois o conhecimento está em constante transformação, podemos entender que ela é importante para todos os profissionais, nas diversas áreas de atuação. No entanto, quando se trata da formação continuada para professores, ela não tem o objetivo de apenas melhorar o profissional em si, mas, numa segunda instância, busca melhorar o ensino que o profissional desenvolve na sua prática profissional. (SOARES, 2020, p.47)

Diante disso, fica claro que o docente não pode se restringir apenas à formação inicial, pois ela também pode apresentar limitações, ou seja, o curso pode acabar não ofertando uma boa base de conteúdos que são essenciais para sua formação. Como já observamos no capítulo anterior o curso de pedagogia da UFAL-Sertão traz disciplinas muito importantes para a formação do aluno, mas, são tradas com sutilizas que impossibilite um conhecimento mais profundo.

Assim como também foi discutido, esses saberes adquiridos nesse primeiro momento, diante das evoluções acabam não sendo mais suficientes, deixando o

docente preso aos conhecimentos que adquiriu, e conseqüentemente se tornará um profissional limitado. Então, um passo importante para aprimorar ou adquirir novos conhecimentos é a formação contínua.

Todos os professores têm o direito de receber uma formação adequada e a preparação que vai capacitá-los para lidar com a inclusão. Nesse sentido, visto que muitos professores não tiveram nenhuma disciplina específica ou aprofundada nos seus cursos de formação, deve ser oferecido um curso de formação continuada para que seu desenvolvimento profissional torne possível compreender e promover a inclusão. (BELTHER, 2017, p.88)

O professor que já atua há muito tempo no mercado de trabalho, quando não dispõe de uma capacitação para se atualizar sobre novas formas de planejar, de criar conteúdos ou até mesmo de refletir acerca de sua metodologia, começa a encontrar mais dificuldades no momento de planejar e executar as suas aulas. Mesmo que o profissional não passe por atualizações, não significa que as cobranças para que ele acompanhe as mudanças não surjam, pois o aluno chegará na escola necessitando de todo conhecimento que o docente possa oferecer. Nas palavras de Castro e Facion (2012, p.160)

Esta nova era que marca no mundo educacional, o retorno à valorização da diversidade humana requer emergencialmente uma nova forma de ensinar e, também, de ensinar a ensinar, que demanda uma multiplicidade de respostas educativas coerentes com coerência e sabedoria, é necessário que haja uma redefinição do papel da escola e, conseqüentemente, dos professores e dos demais agentes educativos. Estes precisam estar devidamente preparados para assumir novos valores profissionais que abrangem, além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformado, voltado às características individuais dos seus alunos.

Neste contexto, a formação continuada não é só importante para a carreira do docente. Ela é significativa também para os alunos que poderão contar com aulas mais motivadoras, dinâmicas que têm a intenção de desenvolver a capacidade máxima do educando. Além disto, o aluno do público alvo da Educação Especial pode dispor de um profissional com capacidade para trabalhar com cada uma de suas especificidades, tornando o ambiente da sala de aula em um espaço no qual os alunos sintam-se acolhidos e impulsionados a aprender e buscar cada vez mais novos conhecimentos.

A escola tem sido desafiada a promover processos de ensino e de aprendizagem que atendam a todos os alunos, indiscriminadamente. E o professor, diante desse desafio, tem se deparado com a necessidade de redimensionar sua prática pedagógica, com vistas a atender às diferentes

necessidades educativas de seu alunado em sala de aula. (BERGAMO, 2012, p.26)

Neste sentido, se analisamos bem a formação contínua, percebemos que ela consegue abrir novos caminhos para o professor, tirando-o da sua zona de conforto e mostrando a importância do seu trabalho e da sua contribuição na vida dos alunos. Não temos como negar que um professor bem preparado pode contribuir grandemente no aprendizado e no desenvolvimento do aluno.

Em vista disso é importante destacar que os alunos do PAEE necessitam exatamente desse profissional, que é um pesquisador comprometido em buscar cada vez mais novos conhecimentos. Contribuindo para que o aluno, ao chegar na escola, não encontre exclusão, hostilidade e barreiras, que por muitas vezes acabam fazendo com que eles abram mão de uma educação básica de qualidade. Fernandes (2013, p.215) ainda ressalta que:

Não basta que o professor seja sensibilizado e conscientizado da necessidade da inclusão, é necessário que sua formação continuada possibilite situações de análise e reflexão sobre suas próprias condições de trabalho e suscite novas possibilidades de mediação no que se refere à prática pedagógica com diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teoria e prática.

Mudando a sua própria visão, o professor pode mudar essa perspectiva que os alunos possam ter em relação a escola e ao ensino, apresentando-lhes um caminho de novas oportunidades.

A LDB destaca que o meio no qual o profissional atua deve oferecer formação contínua, diante disso a escola deve incentivar o corpo docente a buscar por qualificações como também proporcionar momentos para que esse profissional possa buscar por capacitação. Pois como afirma Romanowski (2012, p.131):

O objeto da formação continuada é a melhoria do ensino, não apenas a do profissional. Portanto, os programas de formação continuada precisam incluir saberes científicos, críticos, didáticos, relacionais, saber-fazer pedagógico e de gestão; podem ser realizados na modalidade presencial e a distância. Ressaltamos a necessária ênfase na prática dos professores e seus problemas como importantes eixos condutores dessa modalidade de formação.

Tomando consciência da importância que é uma formação em constante construção, é possível utilizar vários recursos para alcançar esse objetivo. Os

gestores escolares podem investir em palestras que abordem diversos temas que fazem parte da realidade e vivência da escola. Assim como, realizar reuniões com gestores escolares e os professores, como uma possibilidade de troca de experiências.

São recursos que podem ser utilizados de modo mais rápido ou que tenham uma durabilidade maior, como os cursos de pós-graduação que são encontrados em aulas presenciais, mas que podem ser em modo EAD como já colocado pela autora.

O modelo de educação à distância também está presente na LDB como um recurso que pode ser utilizado pelo profissional para dar continuidade aos seus estudos. Hoje os cursos de EAD oferecem uma extensa área de conhecimentos que ampliam as possibilidades de qualificação. Essa modalidade, por ter mais flexibilidade, possibilita que o educador encontre melhores horários para se dedicar aos estudos, então usar esse recurso tecnológico é um meio de conciliar trabalho e estudo.

Portanto, quando o docente encara a formação continuada como um caminho que possibilita a construção de uma ponte entre o que ele já conhece, suas experiências pessoais, com os novos conhecimentos, novas práticas, o que se tem é um profissional mais reflexivo, que passa a compreender o impacto que essa formação traz ao seu ambiente de trabalho. Pois, as palavras de Bergamo (2012), pode-se dizer que hoje um grande desafio encontrado é oferecer uma escola de qualidade para todos, considerando os alunos em suas diversidades entendendo as diferenças como uma rica oportunidade para construir um espaço que vai além das aprendizagens de conteúdos curriculares, mas também de respeito e cidadania.

Quando a escola incentiva o professor nessa jornada contínua, começa a despertar nele a consciência de que mudanças e adequações na sua prática pedagógica são necessárias para estar sempre oferecendo um trabalho de qualidade para aquela escola. Beneficiando crianças que muitas vezes apresentam realidades muito duras, que necessitam ver a educação como algo importante que pode ser acolhedora, prazerosa e divertida.

Quando ela não é obrigatória muitos professores escapam completamente da formação contínua. Alguns deles forma-se como autodidatas, prescindem da formação contínua institucional, sem que suas competências cessem de se desenvolver. Outros, que infelizmente representam mais do que uma margem, vivem com os conhecimentos de sua formação inicial e de sua experiência pessoal. A urgência seria fazê-los entrar no circuito da formação contínua, se possível por vias que não reforcem imediatamente a ideia de que eles nada têm a esperar dela. (PERRENOUD, 2000, p. 163).

Encontramos nas palavras do autor observações preocupantes, isso porque traz uma realidade que é encontrada em muitas escolas. Ele aponta a resistência de alguns professores em compreender porquê é necessário que ele encontre meios para construir uma formação contínua, como um obstáculo que faz com que a qualidade do seu trabalho possa sair prejudicada.

O que podemos perceber é que o profissional não vai adquirir todo conhecimento em um único momento, tendo consciência disso o professor irá entender que a formação continuada é um processo que deve acompanhá-lo ao longo de sua carreira.

A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, podemos afirmar que a formação docente acontece em um continuum, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho; prossegue sobre a prática, e na continuidade de estudos em cursos, programas e projetos. (ROMANOWSKI, 2012, p. 138)

Esse é um pensamento que deve ser desenvolvido tanto pelo docente que atua há muito tempo, quanto aquele que está iniciando. Como podemos observar ao longo da discussão, o professor pode ir agregando conhecimentos de várias maneiras que o ajudarão no desenvolver do seu trabalho. Porém para Castro e Facion (2012, p.171)

Falta ao professor reflexão sobre o seu próprio processo de pensamento, sobre o processo de pensamento de seu aluno e sobre o momento específico da aprendizagem. Somente com a observação dessas condições, o professor estará preparado para construir uma prática pedagógica adequada à diversidade em sala de aula.

Castro e Facion (2012) ainda destacam que a proposta de uma sociedade inclusiva não é tarefa fácil, isso porque ela só será possível se isso for de preocupação, interesse como também de participação de toda sociedade, o que inclui as famílias, escolas, organizações, governo etc.



## 4.1 Formação, tecnologia e a pandemia

Em 2020 tivemos uma total mudança no modo de ensino, pois com a chegada da COVID-19, doença que se propagou rapidamente por todo o mundo devido ao seu alto nível de contágio, foram necessárias medidas graves de isolamento social para poder conter a contaminação. Podemos encontrar uma visão mais detalhada em Silva et al. (2021, p. 08):

Essa doença infecciosa foi classificada como um novo coronavírus causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus-2 (SARS-2). Ademais, em janeiro de 2020 essa doença recebeu o nome de COVID-19 e dois meses depois a Organização mundial da Saúde (OMS) a declarou como uma pandemia.

Assim, a forma de trabalhar de vários setores sofreu adaptações para poder dar continuidade aos trabalhos. Com as restrições as escolas também tiveram que interromper seu trabalho presencial, por serem consideradas locais com muitas aglomerações, facilitando assim o contágio do vírus. Apoiando-se ainda nos dados expressados por Silva et al. (2021, p. 10):

A transmissão da COVID-19 ocorre em todo o mundo, independente de idade, raça, gênero ou etnia. Outrossim, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em setembro de 2021, foram registrados, em todo mundo, mais de 225 milhões de pessoas foram infectadas pela COVID-19, desse total, mais de 4,6 milhões morreram.

Saindo da forma presencial a escola passou a atender de modo remoto. Com isso o professor adquiriu um novo desafio, isso visto que se lançaria em algo novo, que não estava acostumado. Desse modo, Kenski (2015) aponta que as novas tecnologias orientam para o uso de propostas diferentes, ou seja, caminhos que levam a diversas possibilidades de trabalhar com as ferramentas tecnológicas, não se tratando de adaptar as formas tradicionais de ensino aos equipamentos ou vice-versa. Isso quer dizer também que não é aceitável que o docente reproduza da mesma forma que faz em sala de aula no ambiente digital. Aos olhos da autora, novas tecnologias e velhos hábitos de ensino não combinam.

Porém, é importante ainda ressaltar que a suspensão das aulas se deu de forma abrupta impondo um novo modelo de trabalho não presencial.

Para alguns professores já é difícil trabalhar com as tecnologias, e trabalhar visando um caminho distante do tradicional é ainda mais complicado. Por não estar

acostumado trabalhar dessa forma o docente pode procurar desenvolver o seu trabalho do que ele se sente seguro e muitas vezes esse caminho é o mais próximo do tradicional.

Com esse novo desafio que foi imposto ao docente, ele deixa as salas físicas e parte para as diferentes plataformas a exemplo do Moodle, Zoom, Google Classroom, Google Meet, e entre outras que são utilizadas para que o professor possa dar a sua aula. Buzato (2021), destaca a importância de estratégias pedagógicas online. De acordo com Buzato (2021, p. 434):

Uma ferramenta que pode ser destacada é o Padlet ([padlet.com](http://padlet.com)), uma tecnologia participativa em tempo real que permite que todos os alunos expressem suas opiniões e apóia o aprendizado colaborativo e social, também citamos o Flip Grid ([flipgrid.com](http://flipgrid.com)) que é uma plataforma gratuita, que pode ser usada pelo computador ou aplicativo no celular, e permite a comunicação por meio de vídeos. Pode ser entendido como uma evolução dos fóruns de discussão, mas a interação se dá com vídeos produzidos e publicados dentro da própria plataforma. Essa plataforma oferece ao professor(a), a promoção de discussões interativas entre os estudantes, acerca de seu componente curricular.

Um aplicativo de mensagens que passou a ser muito utilizada nesse novo processo de ensino foi o WhatsApp, por ser uma ferramenta mais simples, muitos professores utilizam para dar aula, dessa maneira podem gravar vídeos de determinados conteúdos e postar nos grupos, publicar também outros materiais de estudos e acompanhar nas atividades. Nessa circunstância o WhatsApp ganhou um novo sentido, não sendo só apenas um aplicativo de bate-papo mais também uma sala de aula virtual.

Ferreira, et al (2020, p. 10), citam a importância do uso de aplicativos por docentes devido a pandemia:

A escolha de um meio que prevaleceria para realização das atividades remotas não ocorreu. Os docentes tentavam encontrar um recurso que possibilitasse a interação com os alunos se o desenvolvimento das aulas de maneira proveitosa e enriquecedora. Devido às reclamações dos alunos e ao fato de a instituição ainda não haver definido um único meio para as aulas, nesse contexto, foi informado pela coordenação que todos os professores utilizariam apenas o WhatsApp e o AVA para interagirem com os alunos e ministrarem suas aulas, uma vez que todos obtinham o aplicativo de mensagens instantâneas no telefone móvel.

Adequasse a tal cenário não é uma tarefa fácil, pois como acabamos de notar cada instituição estar buscando se adequar aos melhores meios de trabalhar com as tecnologias. Pensando também em caminhos que torne o ambiente virtual colhedor,

que incentiva o educando. Então, se antes era algo dispensável na prática pedagógica do professor agora se tornou seu único meio de trabalho. Assim como o de todo o sistema educacional, em modo geral todo planejamento sofreu adaptações para se adequar a essa atual situação. Para que Kenski (2015, p. 96)

As características tecnológicas do ambiente virtual devem garantir o sentimento de telepresença, ou seja, mesmo que os usuários estejam distantes e acessem o mesmo ambiente em dias e horários diferentes, eles se sintam como se estivessem fisicamente juntos, trabalhando no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Para que essas funcionalidades aconteçam, é preciso que, muito além das tecnologias disponíveis e do conteúdo a ser trabalhado em uma disciplina ou projeto educativo, instale-se uma nova pedagogia

Se o docente estar em um novo cenário no qual ele tem que utilizar as novas e diversas ferramentas tecnológicas acaba tornando natural visar uma nova maneira para desenvolver e executar o seu trabalho.

Com essa nova forma de trabalhar surgem também preocupações no que diz respeito a qualidade do ensino, como também garantir que todos os alunos tenham acesso a essas aulas remotas e esses materiais de estudo, já que nem todos os alunos possuem acesso à internet tampouco disponibilizam de celular, computador ou tablet. Realidade que deve ser levada em consideração, pois é algo que pode atingir a muitos alunos.

Pensar também como esse ensino está chegando ao aluno com necessidades educacionais especiais, pois esse distanciamento do modo presencial para a forma remota pode ajudar a aumentar as dificuldades encontradas pelos alunos. Esse ambiente virtual para o PAEE pode acabar se tornando um ambiente solitário, sem muita motivação.

Pensar em novas práticas para levar o aprendizado que de fato funcione é fazer com que o docente mergulhe nesse mundo tecnológico. Porém, o professor abraçou esse meio tecnológico de forma inesperada, sem preparação fazendo com que quem apresentava dificuldades em usar as tecnologias em sua prática pedagógica acabou encontrando mais obstáculos. Por essa razão é importante que os sistemas de ensino ofertem espaços de formação para ajudar o docente nesse processo.

O surgimento das dificuldades começa a fazer parte do cotidiano do docente justamente por essa falta de formação continuada assim usar as tecnologias a seu favor pode torna-se um pesadelo para esse profissional, o medo e a insegurança cria um bloqueio entre o educador e as novas ferramentas que poderiam enriquecer

ainda mais a sua aula, dessa forma o aluno perde a oportunidade de vivenciar novas possibilidades de aprendizagens e por sua vez o professor também perde a chance de ter um maior engajamento da turma. Mercado (2007, p. 33) destaca que:

É fundamental que o professor tenha habilidade e domínio para lidar com as tecnologias de maneira autônoma e dinâmica. Porém, para que isso aconteça, é necessária uma formação contínua e permanente e não num único momento.

É importante perceber que da maneira como o autor coloca que um único momento não é suficiente para que o professor consiga trabalhar com domínio e autonomia. Buscar por conhecimentos tecnológicos cabe ao profissional que já atua bem como aquele que iniciará a docência, está familiarizado com as ferramentas tecnológicas é uma forma de liberta-se do medo e vivenciar um leque de possibilidades que surge para o educador como formas de inseri-los na sua pratica diária ou não, apoiando-se nas palavras de Mercado (2007, p.63):

e o que precisa saber para, então é preciso que o professor, além de ter o domínio da máquina, saiba por que utilizar o computador no ensino, poder incorporá-lo na sua prática pedagógica

Isso porque o uso dessas ferramentas necessita ter totalmente conexão com o que se quer ensinar e não um uso desconecto apenas para simbolizar que está fazendo uso sem que haja nenhum propósito.

Podemos dizer então que antes o professor acabava usando a tecnologia na escola como um complemento, como algo a mais na aula. Porém, a realidade de hoje nos mostra que a tecnologia é algo muito além disso é uma demanda dos novos tempos que vivemos. Então a escola, os professores precisam ter essa consciência.

Se faz necessário transformar a forma que a criança interage com aula criar meios que de fato esteja aprendendo, participando, pois, como podemos ver usar a tecnologia não é só ofertar a aula online como também possuir aparelhos, isso é apenas uma parte. Fazer esse planejamento visando também o aluno do PAEE pois nesse sentido podem surgir novas formas de barreiras que impossibilitará uma verdadeira educação.

## 4.2. Formação continuada em serviço no aspecto pedagógico

A educação continuada representa uma das obrigações mais importantes para professores e o que mais caracteriza o seu profissionalismo: um formador que não forma é uma contradição em termos, um formador que é "formado" apenas uma vez, no início da carreira profissional é como se não houvesse formado. Pensar a formação de alguém como fato concluído e encerrado de uma vez por todas é um absurdo, e por outro lado, é fundamental continuar a "cultivar" o próprio conhecimento, verificando-o e expandindo-os ao longo da vida.

Garantir a qualidade no percurso educacional / formativo de crianças e alunos é preciso garantir a qualidade da ação educativa e didática de professores. São os educadores que fazem a qualidade de um serviço ou de uma escola.

O problema então é este: como ter professores de qualidade? As respostas são múltiplas e envolvem a educação universitária inicial de professores, os métodos de recrutamento, o estatuto jurídico e econômico e progressão na carreira, mas o problema não pode ser resolvido se não investirmos em treinamento em serviço.

A consciência de que a atualização e o treinamento em serviço devem ser considerados fundamentais para os serviços educacionais, e para a escola, transparece em recomendações (recomendação da Lei nº 6.197/2000)<sup>3</sup> do Governo Estadual de Alagoas e, por outro lado, por disposições legislativas e regulamentares.

Quando se trata de formação de professores, isso não é feito. referência apenas ao curso de estudo realizado a fim de se tornar um, a um formação pontual, mas também e sobretudo formação contínua (ao longo da vida aprendizagem) que assume aspectos e dimensões muito diferentes: desde as grandes iniciativas de treinamento realizadas por agências nacionais e/ou universidades para pequenos cursos residencial organizado por Associações Culturais ou Profissionais, passando pelos cursos de atualização organizada pelos Municípios únicos, pelas Secretarias de Escola, pelos serviços únicos educacional ou escolas. Segundo Salles (2004, p. 02)

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.educacao.al.gov.br/component/jdownloads/send/70-2000/182-lei-n-6-197-de-26-09-00> Acesso em 17 de jan de 2022.

A educação continuada pode ser entendida como uma espécie de tautologia, porque, sendo um processo permanente de formação, ela encontra sempre em si mesma a sua finalidade. Essa constatação acarreta consequências bastante problemáticas, como, por exemplo, a incorporação do mesmo nível de tensão tautológica para se definir o profissional da educação.

O papel do professor muitas vezes foi distorcido da verdadeira função de ensino, que é ensinar. Segundo Romanowski (2012, p. 17) “[...] todos nós sabemos que o professor é aquele que ensina, que educa. Mas outros que ensinam e educam e que não são professores, como pais e religiosos”.

É esperado que o professor seja um profissional qualificado para ensinar e contribuir com a construção do conhecimento, se tratando de situações escolares é o que faz a mudança funcionar.

Os objetivos destes cursos, os modelos didáticos, os métodos de implementação, a duração e a frequência das reuniões, os perfis dos destinatários, os peritos convocados para as realizar são muito diferentes entre si e não é fácil fazer um relatório completo e exaustivo. De acordo com Salles (2004, p. 7):

a formação continuada trata da continuidade da formação profissional, proporcionando novas reflexões sobre a ação profissional e novos meios para desenvolver e aprimorar o trabalho pedagógico; um processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, a partir da formação inicial e vista como uma proposta mais ampla, de hominização, na qual o homem integral, unilateral, produzindo-se a si mesmo, também se produz em interação com o coletivo.

A formação profissional continuada é uma questão que atinge trabalhadores de setores muito diversos. Um erro bastante comum é acreditar que o caminho de formação e aperfeiçoamento pessoal chegou ao fim, uma vez obtida a posição profissional desejada.

Mesmo quem alcançou uma posição importante do ponto de vista de responsabilidades e feedback econômico não deve sentar-se sobre os louros, mas deve sempre investir na formação profissional para adquirir novas competências e se manter atualizado com as novidades do setor em que atua.

A maior parte dos setores profissionais está em constante evolução, o que significa que os conhecimentos adquiridos ao longo dos estudos que o levaram a ocupar aquele cargo e os procedimentos seguidos ao longo dos anos não terão necessariamente de ser considerados eficazes, mas poderão necessitar de substituição.

- (1) Investir em educação continuada, portanto, é fundamental que o perfil profissional permaneça atraente para o mercado de trabalho. Os cursos oferecidos no âmbito da formação profissional contínua acompanham, de fato, as novidades do mercado e permitem que trabalhadores não sejam apanhados despreparados para novos desafios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista da importância que essa pauta da Educação Especial traz, não é aceitável que ela seja tratada com superficialidades. Pois no que se refere a uma educação de qualidade para os alunos do PAEE não é suficiente apenas ofertar matrícula a esses alunos, é necessário que haja toda uma organização pensada nas necessidades desses sujeitos.

Com isso, uma premissa básica para uma inclusão eficiente dos alunos do PAEE na rede regular de ensino é contar com as políticas públicas inclusivas, que garantam ao aluno o acesso, participação e permanência. Como também a necessidade de formação continuada dos professores.

Pois, pensar na Formação Continuada para inclusão é também pensar no acompanhamento da educação na sociedade a qual se relaciona, como também, em cada indivíduo e suas necessidades. Estabelecendo caminhos por meio da formação, em que o docente possa enfrentar os desafios e proporcionar uma educação voltada para as necessidades de cada indivíduo do público-alvo da educação especial, de modo que o inclua de forma ativa em meio a aprendizagem.

Neste sentido, essa pesquisa teve a intenção de demonstrar essa necessidade de formação continuada para o processo de inclusão do PAEE nas escolas regulares, partindo da análise de currículos de formação inicial. Sendo o professor o caminho que liga o aluno ao mundo de oportunidades através da aprendizagem, percebeu-se que ela é necessária tanto para os docentes iniciantes quanto para os que já atuam, afim de não reproduzir práticas excludentes, bem como ofertar uma educação de qualidade para esse público.

Destacamos também a indispensabilidade de preparar o docente desde a formação inicial para atender os alunos do PAEE, pois familiarizar o educador com essa realidade encontrada nas escolas é indispensável. Assim teremos um profissional flexível que se preocupa em oferecer o melhor para seus alunos, repensando suas práticas pedagógicas, refletindo sobre suas ações. Pletsch (2009) diz que o maior desafio para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que despertem novas atitudes, que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, com a intensão de desempenhar com responsabilidade e satisfação o papel de ensinar e aprender para a diversidade.

Deste modo houve também a necessidade de compreender *como o currículo* do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão tem



versado sobre Educação Especial. É interessante dividir essa observação em dois momentos, no que diz respeito ao PPC de 2011 é percebido uma insatisfação no que se refere as disciplinas ofertadas como também a carga horaria destinadas para educação especial. Ficando o questionamento se os saberes adquiridos são suficientes para desenvolver um trabalho de qualidade com práticas inclusivas.

Em relação ao PPC de 2018 é relevante destacar as melhorias que foram feitas em comparação ao de 2011, a exemplo da maior quantidade de disciplinas eletivas que o curso oferece. Porém é essencial deixar claro também que essas melhorias não alcançam um nível alto de satisfação. Foram ajustes necessários, mas que ainda não se pode dizer que é uma base sólida para ajudar o futuro docente com a realidade do dia a dia da sala de aula.

Para realização do trabalho docente será cobrado conhecimentos específicos que fazem parte da sua profissão, com isso os cursos de formação de professores deveriam basear-se nesses conhecimentos profissionais. Porém o que acaba acontecendo por muitas vezes na formação docente é ensinando teorias sociológicas, formas avaliativas, psicológicas, didáticas, filosóficas, históricas, pedagógicas, etc., que estão distante do ensino e da realidade cotidiana do ofício de professor (TARDIF, 2014).

A educação especial faz parte da realidade do trabalho docente, com isso é indispensável que na formação do professor ela seja trabalhada adequadamente, com carga horária satisfatória para apropriação de mais conhecimentos que os vastos caminhos que a educação especial pode levar. Levando em consideração também as mudanças positivas que esses educadores podem realizar na vida dos alunos do PAEE, transformando o espaço escolar em um ambiente que esteja aberto a diversidade.

Diante disso, podemos entender a Formação continuada para inclusão dos alunos do PAEE como uma forma adequada de atender todo esse público, já que a formação inicial pode ter lacunas e a formação continuada pode ser um mecanismo de saná-las. Com isso o professor se torna um profissional mais qualificado, compromissado em oferecer um ensino de qualidade dando oportunidade desses alunos ocuparem seu lugar de direito.

Acerca disso, propomos a continuidade pela busca de melhorias visando não só a importância da formação continuada para o professor na busca de

conhecimentos, mas sobretudo na prática e impacto na vida escolar e social dos alunos do público-alvo da educação especial.

## REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Lei n. 6.197, de 26 de setembro de 2000. **Estabelece o plano de cargo e carreira do magistério Público Estadual e dá providências correlatas.** Disponível em:< Lei n\_º 6\_197, de 26-09-00 (educacao.al.gov.br)>. Acesso em: 15 set. 2021.
- BELTHER. Josilda Maria (org.). **Educação especial.** São Paulo: Person Education do Brasil, 2017.
- BERGAMO. Regiane Banzatto. **Educação Especial: pesquisa e prática.** Curitiba: InterSaberes, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área de Necessidades Educativas Especiais,** 1994. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2010 - Conferência Nacional de Educação: Documento Final.** Brasília, DF, 2010. Disponível em:< [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BRASIL. Lei n.º 13.005 de 25 junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras.** Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 15 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010-pdf/6726-marcos-politicos-legais> >. Acesso em: 17 nov. 2021.
- CASTRO, R.; FACION, J. A formação de professores. In: FACION. (org.) **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: InterSaberes, 2012, p.157-174.
- FERNANDES. Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: InterSaberes, 2013.
- FERREIRA. Líllian Franciele Silva; SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra; MELO, Keity Elen da Silva; PEIXOTO, Ana Carolina Beltrão. **Considerações sobre formação docente para atuar online em tempos de pandemia de Covid-19.** Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 10, e024761, p. 1-20, 2020. DOI.
- FONSECA, J.J.S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paul: Atlas, 2010.

- HADDAD. Monaliza Ehlke Ozorio. **Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico-social brasileira voltada à área de psicologia**. Curitiba: Contentus, 2020.
- ROMANOWSKI. Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba. InterSaberes, 2012.
- KENSKI. Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.
- LEVY, G.; FACION, J. O papel do professor na educação inclusiva. In: FACION. (org.) **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: InterSaberes, 2012, p.133-156.
- LUCK. Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LUCK. Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. 9ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.
- MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAM. Maria Teresa Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MERCADO. Luiz Paulo Leopoldo (org.). **Percursos na formação de professores com tecnologia da informação e comunicação na educação**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- PAVEZI. Marilza. **Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas**. Ponta Grossa, 2018.
- PERRENOUD. Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PINHEIRO. Maria Alves. **A família e a inclusão escolar: fatores que influenciam a responsabilidade da família no processo de inclusão escolar**. Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA, 2017.
- PLETSCH. Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes e pesquisas de educação**. Educar em revista, p. 143-156, 2009.
- SALLES. Fernando Casadei. **A formação continuada em serviço**. Revista Iberoamericana de Educación, v. 34, n. 2, p. 1-8, 2004.
- SILVA. Marlene Simões e.(org.), et. al. **Novo coronavírus (COVID-19): o que sabemos até agora?** Belém: Neurus, 2021.
- SOARES. Katia Cristina Dambiski. **Prática de pesquisa e formação de professores**. Curitiba: Contentus, 2020.
- TOZETTO. Susana Soares (org.). **Formação de professores: referenciais teóricos e metodológicos internacionais** / Curitiba: InterSaberes, 2021.
- VASCONCELOS. Maria Lucia. **Educação básica: formação do professor, relação professor aluno, planejamento, mídia e educação**. São Paulo: 1ª ed. Contexto, 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A aventura de formar professores**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.